



ATA DA 39ª SESSÃO RESERVADA

Às 10h15min, o Presidente João Grandino Rodas declarou aberta a sessão. Participaram os Conselheiros Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo, Afonso Arinos de Mello Franco Neto, Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, Ronaldo Porto Macedo Júnior e o Procurador-Geral substituto Marcelo Kallil Grigolli. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Miguel Tebar Barriounevo e o Procurador-Geral Fernando de Magalhães Furlan.

Julgamentos  
01. Recurso de Ofício em Averiguação Preliminar nº 08012.00004847/2000-55

Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Representada: BRASAL - Empresa Brasileira de Alimentação Ltda.

Advogados: Carlos Roberto Siqueira Castro, Heitor Faro de Castro, Alexandre Couto Silva e hristiane Rodrigues Pantoja.

Relator: Conselheiro Roberto Pfeiffer

O Relator converteu o julgamento em diligência, trazendo Despacho s/nº ao Plenário para referendo, o que foi a unanimidade.

02. Ato de Concentração nº 08012.005909/2001-16

Requerentes: Camil Holdings Llc e Joaquim Oliveira Participações - Josapar

Advogados: Djenane Lima Coutinho e outros

Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Júnior

Manifestou-se o Procurador-Geral substituto.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou o arquivamento em face da perda do objeto.

03. Averiguação Preliminar nº 08012.001233/1998-71

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Representada: Cutrale, Citrosuco, Cargil, Citrovita, Frigorífico Avante e Cemibra

Advogados: Carlos Onofre Arruda Sampaio, Carlos Francisco de Magalhães, José Inácio Gonzaga Francischini e outros.

Relator: Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco Neto.

O Conselheiro Celso Campilongo declarou-se impedido.

Manifestou-se o Procurador-Geral substituto.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou o arquivamento da referida Averiguação Preliminar, bem como extinguiu a Averiguação Preliminar nº 08000.005438/97-29, nos termos do voto do Relator.

04. Consulta nº 0074/2001

Consultantes: Comal Combustíveis Automotivos Ltda. e outros - (Integrantes da Rede Gasol de Combustíveis) "Rede Gasol"

Advogados: Marcelo Luiz Ávila de Bessa, Gustavo Henrique Caputo Bastos, Maurício de Campos Bastos, Cláudio Nonato Fruet, Luis Eduardo Correia Serra, Cléa Maria Gontijo Corrêa de Bessa, Arnaldo Rocha Mundim Júnior, Fernando Antônio Dusi Rocha, Alexandre Isaac Borges, Francisco Queiroz Caputo Neto, Ricardo Mesquita de Abeci, Marianne dos Santos Abe e outros.

Relator: Conselheiro Roberto Pfeiffer

Levantada questão de ordem pelo advogado das Consultantes, Francisco Queiroz Caputo Neto, tendo em vista existir petição ainda em análise na Procuradoria-Geral.

Manifestou-se o Procurador-Geral substituto.

O Conselho deferiu parcialmente o pedido formulado pelas Consultantes, para que o mesmo fizesse nova sustentação oral.

Feita sustentação oral pelo advogado Francisco Queiroz Caputo Neto.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou a conversão da referida Consulta em Ato de Concentração, bem como, a abertura de Processo Administrativo pela SDE, nos termos do voto de vista do Conselheiro Celso Campilongo. Deixou de votar o Conselheiro Roberto Pfeiffer.

05. Averiguação Preliminar nº 08000.018076/94-20

Representante: Labnew Indústria e Comércio Ltda.

Advogados: Eduardo Rangel de Alckmin e outros

Representada: Becton Dickson Indústrias Cirúrgicas Ltda.

Advogados: Antônio Carlos Gonçalves, Flávio Lemos Beliboni, José Martins Pinheiro Neto e outros.

Relator: Conselheiro Celso Fernandes Campilongo

Manifestou-se o Procurador-Geral.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou a Preliminar de preclusão administrativa e determinou o arquivamento da referida Averiguação Preliminar.

Despachos/Ofícios/Outros

O despacho abaixo relacionado foi referendado, por unanimidade, pelo Plenário:

Despacho s/nº (AP 08012.004847/2000-55), apresentados pelo Conselheiro Roberto Pfeiffer;

Apreciação da Ata desta sessão.

O Tribunal, por unanimidade, aprovou esta Ata da 39ª Sessão Reservada.

Às 12h00min o Presidente do CADE, João Grandino Rodas, declarou encerrada a sessão.

Brasília, 3 de julho de 2002

JOÃO GRANDINO RODAS  
Presidente do Conselho

FÁBIO ALESSANDRO DOS SANTOS  
Secretário do Plenário

(Of. El. nº 1.416/2002)

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 277 (ORDINÁRIA)

Dia:03/07/2002

Hora: 14h00min

Presidente: João Grandino Rodas

Secretário: Fábio Alessandro dos Santos

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

01.Consulta nº 0084/2002

Relator: Conselheiro Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer

02.Ato de Concentração nº 08012.003913/2002-21

Relator: Conselheiro Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer

03.Ato de Concentração nº 08012.003950/2002-39

Requerentes: Kone Corporation, Partek Corporation

Advogados: Syllas Tozzini, José Augusto Caleiro Regazzini,

Marcelo Procópio Calliari, Alde da Costa Santos Junior, Rogério Domene, Daniel Oliveira Andreoli.

Relator: Conselheiro Thompson Almeida Andrade

04.Ato de Concentração nº 08012.004005/2002-54

Requerentes: Agropecuária Manacá Ltda., F.B.A - Franco Brasileira S/A Açucar e Alcool

Advogados: Benito Carlos Coletta, Jean Claude Religieux

Relator: Conselheiro Celso Fernandes Campilongo

05.Ato de Concentração nº 08012.004046/2002-41

Relator: Conselheiro Miguel Tebar Barriounevo

06.Ato de Concentração nº 08012.004047/2002-95

Requerentes: EDO Corporation, Condor Systems, Inc

Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Alde da Costa Santos Junior, Daniel Oliveira Andreoli, Rogério Domene

Relator: Conselheiro Ronaldo Porto Macedo Junior

07.Ato de Concentração nº 08012.004080/2002-15

Requerentes: Elevadores do Brasil Ltda, STEEL- Serviços Técnicos Especializados em Elevadores Ltda

Advogados: Luiz César da Silva

Relator: Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco Neto

08.Ato de Concentração nº 08012.004100/2002-58

Relator: Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco Neto

09. Processo para Redistribuição:

9.1.Processo Administrativo nº 08012.007285/1999-78 (Por Conexão Thompson Andrade)

Representante: SDE "EX - officio"

Representada: Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

Advogados: Aurélio Marchini Santos, José Alberto Gonçalves da Motta, Kátia Cristina Antunes e Outros.

Relator: Conselheiro Thompson Almeida Andrade

JOÃO GRANDINO RODAS

Presidente do Conselho

(Of. El. nº 1.415/2002)

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 4 DE JULHO DE 2002

O CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, com fulcro nas disposições da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, e por deliberação de seu colegiado resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório sobre a representação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil solicitando a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, elaborado pelos Conselheiros Luis Roberto Barroso, Flávia Cristina Piovesan e Belisário dos Santos Júnior.

Art. 2º Recomendar, com base em documentos, depoimentos, denúncias, informações colhidas e nas considerações e conclusões produzidas pelo Relatório:

I - que sejam efetivados os procedimentos objetivando a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, em decorrência do entendimento de que estão ali presentes situações que justificam a referida medida excepcional, em conformidade com o previsto no art. 34, da Constituição Federal;

II - que a intervenção federal no Estado do Espírito Santo tenha a sua incidência no Executivo e na presidência e mesa diretora da Assembléia Legislativa, com os objetivos de:

a) produzir a efetiva investigação das atividades do crime organizado no Estado, inclusive as que possuam repercussão interestadual, como narcotráfico, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal;

b) obter a efetiva apuração de crimes de homicídio, especialmente os que são cometidos mediante execução sumária e os que são atribuídos ao crime organizado, e a consequente identificação e responsabilização dos autores, sejam executores ou mandantes;

c) garantir a livre circulação de informações que possam viabilizar a prevenção e a repressão à criminalidade;

d) garantir a livre ação dos agentes públicos no exercício de suas respectivas atribuições que tenham correlação com a apuração de crimes ou com a repressão das atividades da criminalidade organizada;

e) garantir a integridade física de pessoas coagidas ou ameaçadas em virtude de denunciar ou terem denunciado violações a direitos humanos ou de colaborar ou terem colaborado para a identificação ou repressão de atividade criminosa;

f) executar toda e qualquer medida para o pleno restabelecimento da ordem pública e das garantias ao exercício dos direitos humanos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL REALE JUNIOR  
Presidente do Conselho

(Of. El. nº 253/2002-GM)

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 4 de julho de 2002

Nº 510 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.003950/2002-39. Requerentes: Kone Corporation e Partek Corporation. Advs: José Augusto Regazzini e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls.Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.

Nº 511 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.003430/2002-26. Requerentes: Sabic Basic Industries Corporation e Dsm Nv. Advs: Bo-lívar Moura Rocha e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.

Nº 512 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.003574/2002-82. Requerentes: Alchemy Partners (Guernsey) Limited e Invensys Plc. Advs: Marcelo Calliari e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.

Nº 513 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.002191/2002-97. Requerentes: Vivendi Universal, S.A e USA Networks, Inc. Advs: Milene Ribeiro Kilimnick e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro, parcialmente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.

Nº 514 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.007172/2001-76. Requerentes: Netratings, Inc, Sonoma Acquisition Corp Llc e Jupiter Media Matrix, Inc. Advs: Tânia Mara Camargo Falbo, Fernanda Pinella Arbx e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro, parcialmente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.

Nº 515 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.006775/2001-51. Requerentes: Navegação Vale do Rio Doce S.A - Docenave e Aliança Navegação e Logística Ltda. Advs: Viviane Nunes Araújo Lima e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.

Nº 516 - Ref.: Ato de Concentração nº 08012.003087/2002-10. Requerentes: Amcor Limited e Tobepal S.A. Advs: José Augusto Regazzini e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII do Regulamento das Competências da Secretaria de Direito Econômico, aprovado pela Portaria/MJ nº. 849, de 22 de setembro de 2000, acolho a manifestação aprovada pela Senhora Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dra. Elisa Silva Ribeiro Baptista de Oliveira. Defiro o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da nota técnica de fls. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF.